

PROJETOS E DEBATES LEGISLATIVOS

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETOS APRESENTADOS

Projeto de Resolução n.º 5, de 1955

Cria uma Comissão Especial para elaborar projeto de reforma da Lei Eleitoral.

(Do Sr. Fernando Ferrari)

Senhor Presidente:

Na convocação de que se impõe urgentemente o aperfeiçoamento dos métodos de coleta das inclinações populares e persuadida da imperiosa necessidade de afastar-se de vez do processo eleitoral a nefasta influência do poder econômico objetivando-se a purificação do regime representativo, a Bandada do Partido Trabalhista Brasileiro propõe o seguinte

PROJETO DE RESOLUÇÃO

Art. 1.º É criada uma Comissão Especial de quinze membros para elaborar o Projeto de reforma da Lei Eleitoral em vigor.

Parágrafo único. Dentro do prazo de trinta dias improrrogáveis a Comissão aqui referida entregará à deliberação do plenário o seu trabalho, servindo-se dos subsídios já existentes na Câmara ou oriundos de outras fontes.

Art. 2.º O Projeto de reforma a que se refere a presente resolução será discutido e votado num só turno.

Sala das Sessões, em 16 de fevereiro de 1955.
— Fernando Ferrari.

(Diário do Congresso — Seção I — de 1-3-55).

Projeto n.º 94, de 1955

Introduz alterações no Código Eleitoral e dá outras providências.

(Do Poder Executivo)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º O requerimento de inscrição eleitoral será entregue pessoalmente em cartório pelo requerente, e instruído, obrigatoriamente, com a prova de residência e de identidade do eleitor.

Parágrafo único. Não terá valor, para prova de idade, certidão de registro de nascimento feito fora do prazo legal, na conformidade da legislação vigente.

Art. 2.º O título somente será assinado pelo juiz depois de preenchido pelo cartório e assinado pelo eleitor, sob pena de multa de mil cruzeiros (Cr\$ 1.000,00) aplicada de ofício pelo Presidente do Tribunal Regional competente, e cobrada executivamente.

Art. 3.º O alistamento encerrar-se-á cento e vinte (120) dias antes da data marcada para a eleição.

Art. 4.º É expressamente vedada a expedição de 2.ª via de título dentro dos sessenta (60) dias

anteriores à data do pleito, quando requerida, sob alegação de extravio ou perda da 1.ª via; bem assim, a transferência de eleitor dentro do prazo de 120 dias anteriores à eleição, observado o disposto pelo art. 39, § 3.º, do Código Eleitoral.

Art. 5.º Serão excluídos das listas de votação: a) os eleitores que não tiverem, até 90 dias antes da eleição, retirado de cartório os seus títulos eleitorais; b) os que tiverem deixado de votar, sem causa justificada, nas duas eleições anteriores ao pleito; c) aqueles cujo falecimento seja notório.

Art. 6.º O eleitor, a nenhum pretexto, sob pena de anulação da votação e responsabilidade do presidente da mesa receptora, nos termos do art. 175 n.º 21 do Código Eleitoral, — poderá votar: a) sem a exibição do respectivo título; b) sem que conste da lista de votação o seu nome; c) em seção diversa daquela em que tiver sido incluído o seu nome, excetuados, apenas, os membros das mesas receptoras e os fiscais de partido, em número não superior a dois para cada um.

Parágrafo único. Não constando do título o retrato do eleitor, será exigida a exibição de documento que prove a sua identidade, mencionando-se a sua natureza na coluna de observações da folha de votação.

Art. 7.º É instituída a cédula oficial de votação, de acordo com os modelos anexos.

§ 1.º Para as eleições de Presidente e Vice-Presidente da República, Senadores e seus suplentes, Governador e Vice-Governador, Prefeito e Vice-Prefeito, conterão as cédulas além da designação da eleição, os nomes impressos dos candidatos registrados (Mod. I); e nas eleições para a Câmara dos Deputados, Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais, além da designação da eleição, a relação de todos os Partidos Políticos ou legendas partidárias concorrentes ao pleito. (Mod. II).

§ 2.º Os candidatos nas eleições a que se refere a segunda parte do parágrafo anterior, serão registrados por ordem numérica, sem qualquer expressão de preferência, mas apenas para o efeito da votação.

§ 3.º Recebendo do presidente da mesa receptora a cédula ou cédulas e a competente sobrecarta, todas por ele devidamente rubricadas no anverso, sob pena de nulidade, o eleitor passará à cabine indevassável, onde assinalará à tinta: a) nas eleições majoritárias, com uma cruz (x) o nome do candidato de sua escolha; b) nas eleições pelo sistema proporcional por forma idêntica, o partido ou legenda em que vota, e o número com que tiver sido registrado o candidato de sua preferência. A seguir, ainda no gabinete indevassável, colocará a cédula ou cédulas na sobrecarta, fechando-a.

§ 4.º Se somente a legenda partidária tiver sido assinalada, apurar-se-á o voto apenas para o partido ou legenda; e somente o número do candidato, o voto será contado para esse candidato e para o partido correspondente.

§ 5.º Serão nulas as cédulas em que tiver sido assinalada mais de uma legenda, ou número de candidato e legenda de partidos diferentes.

§ 6.º A impressão das cédulas será feita pela imprensa oficial da União, dos Estados e dos Municípios, podendo, em caso de emergência, ser esse trabalho requisitado a oficinas particulares, mediante indenização posterior. A impressão, sob pena de responsabilidade, de quem a ordenar, far-se-á, para cada eleição, em ordem de colocação variável

de nomes e partidos, em tantos grupos quantos o seu número, de tal forma que, em cada grupo, figure na cabeça da cédula, nome ou partido diverso, com alteração na ordem dos subsequentes. A distribuição das cédulas, pelas mesas receptoras será feita de modo que disponham todas elas de vários grupos impressos, para que sejam entregues, indistintamente, aos eleitores, no ato de votar.

§ 7.º Aos Partidos Políticos é facultado afixar à porta ou no próprio recinto das seções eleitorais, e até dentro das cabines indevassáveis, cartazes contendo a relação dos seus candidatos e os respectivos números com que tiverem sido registrados.

Art. 8.º O registro de candidatos será feito, improrrogavelmente, até noventa (90) dias anteriores ao pleito, e, em se tratando de eleição pelo princípio proporcional, em número não excedente ao de lugares a preencher, quando superiores a dez (10).

Parágrafo único. A substituição de um candidato por outro só será permitida em se tratando de eleição pelo princípio majoritário, e em caso de falecimento do registrado, apurando-se para o substituto, se já impressas as cédulas de votação, os votos dados ao substituído.

Art. 9.º Para os efeitos do art. 125 do Código Eleitoral, somam-se aos votos anulados os votos em branco.

Art. 10. Nas eleições suplementares quando se referirem a cargo de representação proporcional, a votação far-se-á apenas nas legendas registradas.

Art. 11. As eleições serão sempre realizadas com a garantia da força federal, posta à disposição das autoridades eleitorais competentes.

Art. 12. No alistamento eleitoral, que se reabrirá em 1 de janeiro de 1956, os títulos eleitorais serão substituídos por "fôlhas individuais de votação", de acordo com o modelo anexo (n.º III).

§ 1.º As "Fôlhas individuais de votação" serão conservadas em pastas, uma para cada seção eleitoral; remetidas às mesas receptoras das respectivas seções por ocasião das eleições, serão, findos os trabalhos da apuração, devolvidas a cartório, onde serão guardadas.

§ 2.º Ao alistar-se receberá o eleitor apenas um cartão (mod. IV) contendo a indicação, por extenso, da seção eleitoral em que tiver sido inscrito, à qual ficará vinculado permanentemente para todas as eleições que se realizarem, salvo em caso de transferência de zona ou município, quando a "fôlha" será enviada ao juízo eleitoral do novo domicílio.

§ 3.º O eleitor será admitido a votar ainda que deixe de exibir o cartão a que se refere o parágrafo anterior; nesse caso a prova de ter votado será feita mediante certidão que obtiver, posteriormente, do juízo competente.

§ 4.º No caso de omissão da fôlha individual na respectiva pasta, verificada no ato da votação, será o eleitor, não obstante, admitido a votar desde que exiba o cartão de inscrição na seção, sendo o seu voto tomado em separado. Como ato preliminar da apuração do voto, será averiguado em cartório o motivo da omissão. Se tiver ocorrido por culpa ou dolo do escrivão, a este será aplicada, na primeira hipótese, a pena de suspensão até 30 dias, e, na segunda, a de detenção, por 1 a 3 meses ou multa de Cr\$ 1.000,00 a Cr\$ 3.000,00.

§ 5.º A partir de 1 de julho de 1956 perderão seu valor todos os títulos eleitorais até então expedidos, os quais serão substituídos por fôlhas individuais de votação, de acordo com as instruções baixadas pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Disposições Transitórias

Art. 13. Imediatamente após o encerramento do alistamento (art. 3.º), iniciarão os juizes eleitorais a organização das listas de votação para a eleição de 3 de outubro do corrente ano, as quais serão publicadas até 30 dias antes do mesmo pleito, sob pena de multa de Cr\$ 2.000,00 imposta, de ofício, ao responsável pelo Presidente do Tribunal Regional, e cobrada executivamente.

§ 1.º A organização das listas, observado o disposto no art. 5.º, será feita, com a assistência de delegados dos Partidos, especialmente credenciados para esse fim, à vista dos processos de inscrição existentes no cartório, notadamente daqueles em que haja denúncia ou fundada suspeita de irregularidades.

§ 2.º Serão, pelo juiz eleitoral, excluídos do alistamento e das fôlhas de votação aqueles eleitores cuja inscrição não tiver preenchido, manifestamente, as condições ou requisitos legais, cabendo dessa decisão recurso voluntário, sem efeito suspensivo, e no prazo de três dias, para o Tribunal Regional.

Art. 14. Os títulos dos eleitores que votarem nas eleições de 3 de outubro serão retidos pelas mesas receptoras e enviados, afinal, com as respectivas fôlhas de votação, aos competentes cartórios eleitorais.

§ 1.º Na hipótese de eleições suplementares e de outras que eventualmente se realizarem até 1 de julho de 1956, aqueles eleitores votarão nas mesmas seções em que tiverem votado em 3 de outubro, a cujas mesas receptoras serão presentes, para esse fim, os títulos retidos.

§ 2.º A partir de 1 de janeiro de 1956 os títulos assim retidos poderão ser substituídos, a requerimento dos interessados, após a competente revisão da inscrição, por fôlhas individuais de votação como se dispõe no art. 12.

Art. 15. É considerado feriado nacional o dia 3 de outubro de 1955.

Art. 16. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto visa à erradicação das irregularidades e fraudes mais frequentes no processo eleitoral em vigor.

Tentemos, inicialmente, uma enumeração sumária dessas práticas:

I — no alistamento:

1 — inscrição de eleitor analfabeto e que apenas desenha a assinatura;

2 — inscrição de eleitor, mediante apresentação de certidão de nascimento ideologicamente falsa (assento inexistente) ou obtida após registro de nascimento, supostamente verdadeiro, feito fora do prazo, nos termos de leis de exceção vigentes;

3 — inscrição de eleitor, residente e já inscrito em município limítrofe, mediante obtenção de falso atestado de residência;

4 — obtenção dolosa de 2as. vias de títulos não extraviados, possibilitando ao seu portador o voto duplo, sendo um deles exercido fora da sua seção, em separado.

5 — emissão de títulos formalmente perfeitos (inclusive com a assinatura do juiz), sem existência de processo de inscrição em cartório;

6 — emissão de títulos falsos, utilizados para votação fora do domicílio eleitoral neles indicado, votando, o eleitor, em separado.

II — na votação:

7 — compra de votos e seu controle mediante as seguintes práticas:

a) retenção dos títulos dos eleitores cujos votos foram comprados (geralmente através de cabos eleitorais), ou prometidos em consequência de situação de dependência do eleitor ou prestação de favores;

b) concentração de eleitores em recintos privados ("currais" ou "quartéis") para chapeamento (distribuição de chapas) e sua condução até a boca da urna, sob fiscalização;

8 — retenção de títulos de eleitores de adversários, impedindo-os de exercerem o direito de voto;

9 — inutilização de cédulas de adversários, mediante aposição subreptícia de sinais que as identifiquem ("baton", tinta, etc.);

10 — confecção de cédulas com indevida inclusão de nomes de prestígio popular, muitas vezes não pertencentes ao partido, induzindo o eleitor a votar erradamente, em face dos §§ 2.º e 3.º do art. 55 do Código;

11 — votação em separado, fora da sua seção e mesmo de seu domicílio eleitoral, de portadores de 2.ª via, ou de eleitores "volantes" portadores de títulos falsos (ns. 4 e 6);

12 — compra de votos nominais em eleições suplementares, pela possibilidade de alteração na classificação dos candidatos, dentro de cada legenda;

13 — coação exercida pelos partidos dominantes, em virtude de omissão ou ação das forças policiais locais.

Duas principais medidas eliminariam de plano a quase totalidade dessas práticas: a abolição do título eleitoral e sua substituição pela folha individual de votação, e a instituição da cédula oficial de votação.

Como, entretanto, a primeira delas dada a exiguidade de tempo, não poderá ser executada antes das eleições de outubro de 1955, impõem-se algumas providências que eliminem ou atenuem as consequências das irregularidades praticadas.

É o que objetiva o projeto, cujos artigos podem ser assim justificados.

ART. 1.º

Este artigo exige a presença do eleitor em cartório, para verificação de sua identidade e grau de alfabetização (assinatura do título eleitoral atualmente e da folha individual de votação, futuramente, art. 2.º), além da prova de residência, facultativa na legislação atual.

No seu parágrafo único, nega validade, para efeito de alistamento, às certidões de registro de nascimento de adultos.

O dispositivo, de natureza permanente, aplicar-se-á ao atual e também ao futuro alistamento, isto é, ao posterior a 1 de janeiro de 1956.

Elimina ou atenua as fraudes relacionadas, sob os ns. 1, 2 e 3.

ART. 2.º

O dispositivo, sob pena de multa, imposta de plano, ao Juiz Eleitoral faltoso, impede-lhe a assinatura de títulos eleitorais em branco, causa eficiente da fraude sob n.º 5.

ART. 3.º

Antecipa o encerramento do alistamento para 120 dias antes do pleito.

Além de eliminar o atropelo e a balbúrdia nos trabalhos dos cartórios nos últimos dois meses, possibilita a revisão das listas de votação (arts. 5, 13 e seus §§), consequentemente dos processos de inscrição, para exclusão e cancelamento das irregularmente obtidas. Essa revisão não poderá ser realizada sem o encerramento do alistamento.

Cumpra também acentuar que o prazo de 60 dias constante do Código (art. 64), provém da Lei Agamenon (Decreto-lei n.º 7.588, de 28-5-45), quando apenas se dispunha de um prazo de 180 dias para a organização do cadastro eleitoral, então inexistente. Atualmente, com um eleitorado superior a 12 milhões de eleitores, não há nenhum inconveniente nessa antecipação.

ART. 4.º

Como consequência da antecipação do encerramento do alistamento, deve coincidir com o deste o prazo para o da transferência, que é uma forma especial de inscrição. Igualmente deve ser antecipado para 60 dias o da expedição da 2.ª via. A razão é a mesma: necessidade de se propiciar aos juizes eleitorais, condições que lhes permitam a revisão do alistamento (art. 13 e seus §§).

ART. 5.º

O dispositivo elimina das listas de votação, independentemente de exclusão, a parte fictícia do eleitorado atual: eleitores inscritos desde 1945 e cujos títulos continuam em cartório, muito deles provavelmente, já inscritos em outras regiões e eleitores falecidos ou transferidos, cujos processos de exclusão ainda não foram ultimados. O contingente desses eleitores atinge, seguramente, a 20 % do eleitorado inscrito, ou sejam, no País, 3.000.000 de eleitores, induzindo falsamente a uma avaliação exagerada do chamado eleitorado fantasma e elevando, ficticiamente, a abstenção a 30% quando, na realidade, não ultrapassa ela a 10 % do eleitorado.

ART. 6.º

O dispositivo, além de não permitir o voto sem a apresentação do título de eleitor, — conforme permitiu antiga e prejudicial jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral, — proíbe terminantemente o voto de eleitor fora de sua seção, ou seja o voto do chamado "eleitor em trânsito" revogando, assim, expressamente o § 8.º do art. 87 do Código.

É dos mais importantes do projeto e de maiores consequências práticas.

A sombra de um dispositivo que pretendia assegurar a uma minoria, — o eleitor em trânsito — a faculdade do exercício do voto — já dispensado da obrigatoriedade de exercê-lo (art. 4.º, II, a, do Código Eleitoral) — desenvolveu-se, em certas regiões, um verdadeiro comércio de títulos assinados ou em branco, para a produção, a granel, de eleitores falsos. Nessas regiões, conforme já foi verificado, mais de 50 % dos votantes de cada seção, são eleitores de outras zonas, geralmente distantes, impossibilitando a verificação de legalidade e autenticidade dos títulos.

A permissão do voto do eleitor em trânsito, fora de sua seção (n.º 11), é responsável direta pela prática das fraudes relacionadas sob os ns. 4, 5 e 6. Urge, pois, a sua eliminação.

ART. 7.º

O dispositivo e seus §§, institui e regula a utilização das cédulas oficiais de votação: são óbvias as suas vantagens. Elimina e impede as manobras e transações com a compra, cabala e controle dos votos, práticas essas relacionadas sob os ns. 7 (a e b), 9 e 10, desta justificação.

Além disso apresenta mais as seguintes vantagens: a) exige do eleitor um mínimo de reflexão e de discernimento ao dar o seu voto, sobre exigir que saiba, pelo menos, ler facilmente; b) facilita a apuração, e c) poupa aos candidatos as avultadas despesas com a confecção de suas cédulas, o que concorre para tornar os cargos eletivos inacessíveis aos desprovidos de maiores recursos.

A impressão das cédulas, em ordem variável de nomes e partidos (§ 6.º), elimina a possibilidade do voto do eleitor analfabeto, que, de outra forma, poderia fazê-lo decorando a posição do partido ou do nome, na cédula uniformemente impressa.

ART. 8.º

O dispositivo visa a possibilitar à Justiça Eleitoral, a confecção das cédulas oficiais de votação, com os nomes dos candidatos e legendas ou alianças partidárias.

Limita ao número dos lugares a preencher o número de candidatos aos órgãos legislativos, diminuindo o número de concorrentes, com evidente vantagem para o eleitor ao fazer sua escolha, e maior facilidade para a apuração.

Como decorrência dessa medida, dispensa ou impede a substituição de candidatos desistentes ou falecidos. Permite apenas, nesta última hipótese, a substituição de candidato a cargo majoritário.

ART. 9.º

O dispositivo atribui ao voto em branco um valor positivo; o do veto aos candidatos registrados.

Não participando o eleitorado da escolha dos candidatos, como seria mais democrático, deve-se-lhe proporcionar oportunidade para recusar os de seu desagrado.

Não é de se desprezar, a seguinte hipótese: todos os partidos registrados numa região podem impor ao eleitorado um único candidato para determinado cargo.

Seria, então de fato, uma nomeação pelos órgãos partidários e não uma eleição, pois que o candidato, estaria eleito ainda que recebesse, apenas, o seu próprio voto. Nada mais justo, nem mais democrático, do que proporcionar, assim ao eleitorado, através do voto em branco, meio para vetar tal candidato.

É o a que visa o dispositivo, quando os votos em branco, adicionados aos nulos, atingirem a mais da metade dos votos da região.

Indiretamente, o dispositivo combate também a abstenção: o voto em branco tendo valor, — qual o do veto — há fundamento para a exigência do comparecimento do eleitor às urnas.

ART. 10

O dispositivo visa a eliminar a prejudicial competição, entre candidatos da mesma legenda, e a possibilidade de um partido influir na classificação de candidatos de outros através dos votos nominais, nas eleições suplementares. É a nova forma do antigo "esguicho". Computando-se, apenas, os votos da legenda, rever-se-á a representação de cada partido, e se nela ocorrer alteração a substituição far-se-á de acordo com a votação individual, da eleição primitiva. Elimina-se a valorização artificial de votos, a sua compra, conforme enunciado no n.º 12.

ART. 11

O dispositivo tem dupla finalidade: a) evitar a coação dos partidos dominantes que se valem para isso, da omissão ou da ação das autoridades policiais locais; b) evitar explorações políticas das oposições locais, que, quando conseguem força federal, deturpam sua finalidade, apresentando-a como indicio de desprestígio das autoridades locais ou estaduais.

A força federal obrigatória, nos pontos-chaves do Estado, elimina aqueles dois inconvenientes, e garante ao pleito um desenvolvimento ordeiro e pacífico (n.º 13).

ART. 12

O dispositivo institui a folha individual de votação, em substituição ao título eleitoral, e regula nos seus parágrafos a sua implantação nos cartórios. Trata-se de alteração substancial do sistema do alistamento existente e que somente poderá ser adotado a longo prazo, isto é, em época distanciada das eleições gerais.

É providência que, adotada elimina de plano todas as fraudes praticadas em torno dos títulos eleitorais, como os relacionados sob os de ns. 4, 5, 6, 7 e 8, desta justificação.

Além disso, apresentar as seguintes vantagens:

a) fixação do eleitor na mesma seção eleitoral, facilitando-lhe o exercício do voto;

b) supressão da periódica distribuição dos eleitores pelas seções eleitorais, e da organização das "folhas de votação", com a dispensa consequente da publicação pela imprensa das respectivas listas, — de difícil consulta às vezes — o que importará em poupar a grande soma de trabalho que essas formalidades acarretam para os cartórios eleitorais às vésperas das eleições, e nem sempre executadas com a perfeição que a deficiência do tempo não permite: nomes truncados ou omitidos, com a consequente votação em separado, sempre prejudicial à lisura do pleito;

c) finalmente a revisão do alistamento atual, em que implicará razão de sua adoção somente após as eleições presidenciais de 1955, dada a exiguidade de tempo, para, anteriormente às mesmas, a elas se proceder. Constituirá um trabalho preliminar da reforma geral do Código Eleitoral.

Somente a partir de 1-7-58, os atuais títulos perderão o seu valor.

ART. 13

Como disposição transitória o art. 13 e seus parágrafos disciplinam a organização das folhas de votação, instituindo paralelamente uma revisão sumária do alistamento, com a assistência de delegados de partidos, para excluir de plano, todo o eleitor que não ficou inscrito regularmente. É medida que aliada às demais, principalmente à constante do artigo 5.º, concorrerá para o expurgo do eleitorado

existente, cuja revisão geral, profunda e total, somente poderá ser feita com a implantação das folhas individuais de votação. O dispositivo dá ao juiz eleitoral competência para exclusão dos eleitores cujas inscrições não obedecerem aos requisitos legais.

ART. 14

Como providência de ordem prática e preliminar da substituição do alistamento, o dispositivo determina a retenção de todos os títulos dos eleitores que votarem em 3 de outubro. Medida compulsória, impeditiva de poder fazer, o cidadão, prova da sua qualidade de eleitor, concorrerá para a rápida constituição de um novo corpo eleitoral, na forma do sistema adotado. Seus parágrafos prevêm e regulam a hipótese de ocorrência de eleições após 3 de outubro e enquanto não perderem a validade, os citados títulos.

ART. 15

Finalmente, neste artigo, considera o projeto, feriado nacional o dia 3 de outubro de 1955 — segunda-feira — dia prefixado, na Constituição Federal para a realização das eleições presidenciais.

MENSAGEM N.º 112-55

Senhores Membros do Congresso Nacional.

Na forma do art. 67 da Constituição, tenho a honra de apresentar a Vossas Excelências, acompanhado da Exposição de Motivos do Ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores, o incluso projeto de lei que introduz alterações no Código Eleitoral e dá outras providências, elaborado pelo Presidente do Tribunal Superior Eleitoral.

Rio de Janeiro, em 17 de março de 1955. —
João Café Filho.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

Em 14 de março de 1955.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

A realização das últimas eleições demonstrou, mais uma vez, a premente necessidade da reforma da lei eleitoral. Inúmeras falhas foram apontadas em comentários e críticas pelos candidatos de diversos partidos, pelos órgãos da imprensa do país inteiro e por todos quantos, dotados de espírito público, procuram apreciar o assunto. A própria magistratura eleitoral tem manifestado repetidamente o seu desacôrdo com diversos pontos do processo vigente.

2. Desnecessário será ressaltar a importância da matéria, pois bem sabemos que o regime democrático se apoia na pureza da escolha popular. A perfeição da lei institucional, a adequada organização e funcionamento dos Partidos, a proveitosa substância dos seus programas, a inclusão de nomes de primeira ordem na lista das candidaturas — todos esses elementos fundamentais da boa política se desgastam rapidamente, se o sistema de sufrágio não atende às exigências da verdade e da liberdade do voto. O Código eleitoral constitui, portanto, um dos mais vigorosos alicerces das instituições democráticas.

3. A causa original dos vícios e fracassos do método está, sem dúvida, no alistamento de ofício, determinado pela Lei de 1945. Esta providência, importa sob a pressão dos acontecimentos que determinaram a necessidade da rápida reconstitucionalização do país, àquela época, teve de ser adotada para atender à urgência com que se reclamava a

formação do corpo eleitoral. Sacrificou, porém, a segurança do processo de alistamento, ensejando a inclusão de analfabetos e de estrangeiros e as duplicidades de inscrição, que a precariedade dos meios de cancelamento estatuidos não permitiu expungir.

4. Por outro lado, o sistema elaborado em 1934 não tivera senão restrito funcionamento, de modo que seus inconvenientes não puderam ser observados. Isso deu lugar a que fossem reproduzidos na Lei de 1945 e até agravados pelas facilidades que, então, se tornou necessário estabelecer. O mesmo sucedeu com o Código de julho de 1950, cuja última alteração aliás, foi sobremaneira prejudicada pela aproximação da data de 3 de outubro daquele ano, em que deveriam ter lugar as eleições.

5. Os erros cometidos melhor se fazem sentir com a repetição da prática do sistema, permitindo o desenvolvimento da fraude e a criação de novas formas da falsidade, que se juntam às anteriores, provocando afinal verdadeiro clamor na opinião pública, pela desfaçatez com que passam a ser executadas, transformando-se em uso generalizado e deformando completamente os propósitos do Estatuto elaborado pelo Poder Legislativo.

6. O atual Congresso Nacional, sem dúvida, bem conhece a gravidade do problema, em seus diversos aspectos, e há de lhe dar conveniente solução, quer com a elaboração de um novo Código Eleitoral, cujo projeto já foi aprovado pelo Senado e pende do estudo da Câmara dos Deputados, quer com a aprovação de algum dos diversos projetos apresentados em separado. Em todos esses trabalhos é evidente o aprofundado estudo do assunto e a preocupação do acerto de novas providências que eliminem os males atuais.

7. A complexidade da matéria, entretanto, pelas múltiplas questões que envolve, torna extremamente difícil a rápida elaboração de uma lei que se possa considerar definitiva e completa e que deverá, entre outras importantes alterações, determinar uma prévia revisão do alistamento em vigor. É claro que a delonga de uma providência desta natureza não poderia ser ultimada para anteceder e servir às eleições de 3 de outubro do corrente ano, que todos desejam resguardar o melhor possível das falhas atuais.

8. Foi a verificação desses óbices, ligada à magna importância do assunto, o que levou Vossa Excelência a se avistar com o eminente Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, em reunião a que estive presente, e na qual examinamos o problema nos seus diversos capítulos, em demanda de solução que atendessem o reclamo geral.

9. Nessa reunião, tive a honra de apresentar uma proposta, aceita pelo Senhor Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, e aprovada por Vossa Excelência, proposta segundo a qual esse ilustre magistrado ficaria incumbido da elaboração de um projeto de lei para ser enviado à Câmara dos Deputados, consubstanciando algumas providências que já figuram com geral aceitação nos estudos ou nos projetos em andamento no Congresso, providências que, com simplicidade e clareza, fossem capazes de evitar as principais queixas existentes e merecer fácil estudo e rápida decisão parlamentar, a fim de serem aplicadas no próximo pleito. Assim, não se trataria propriamente de uma lei de emergência ou de improvisação com as conseqüentes inconveniências, mas de uma antecipação parcial do novo Código, já em estudo, no qual os seus dispositivos voltariam a figurar.

10. O projeto que o Senhor Ministro Edgard Costa elaborou, de conformidade com esses entendimentos, honra, sem dúvida, o seu autor, magistrado de largo tirocínio e capacidade, que alia à sua cultura e inteligência, reconhecido espírito pragmático e especial dedicação à organização dos trabalhos eleitorais. Deve-se acrescentar que a proposição de Sua Excelência obteve integral concordância dos demais Ministros daquela alta Corte eleitoral.

11. Como principal medida, para aplicação ainda no pleito de 3 de outubro deste ano, o projeto aludido — que em anexo submeto à apreciação de Vossa Excelência — institui a cédula oficial de votação a ser entregue ao eleitor no momento do voto. A criação deste novo documento, além de aliviar os candidatos dos pesados ônus da impressão de cédulas, que tanto prejudicam os bons pretendentes desprovidos de fortuna, traz a vantagem de melhor assegurar a liberdade e o sigilo do voto, a verificação de alfabetização do eleitor e também uma grande facilidade na apuração da eleição. Além disso, o projeto através dessa e de outras medidas, impede ou torna inúteis a compra do voto, a retenção de títulos pelos cabos eleitorais, a prévia concentração de eleitores para evitar contacto com os candidatos, a maliciosa inutilização das cédulas, a inclusão de nomes de prestígio popular de outros partidos, induzindo o eleitor a erros, a influência do poder econômico, a coação de chefes de grupos, a repetição de voto.

12. Estão previstas ainda providências visando a melhor identificação do eleitor, no ato da inscrição e da votação; facilitando a exclusão das listas de votação dos eleitores faltosos ou falecidos; estabelecendo prazos mais dilatados para o término do alistamento, transferência de eleitores, expedição da 2.^a via de títulos, registro de candidatos e publicação das listas de votação; fixando regras especiais para a realização das eleições suplementares e para a contagem de votos em branco e sua exata expressão no quadro da opinião eleitoral. Regula também a utilização da força federal para garantir o pleito, de forma a tornar esclarecida a sua verdadeira e superior finalidade.

13. Como medida a ser aplicada depois do pleito de 3 de outubro deste ano, o projeto cogita apenas da substituição dos títulos eleitorais por folhas individuais de votação, que serão guardadas nos cartórios eleitorais e entregues no momento da eleição às mesas receptoras, onde o eleitor as encontrará no ato de votar. A vantagem da aprovação desta providência, desde agora, está em adiantar os trabalhos necessários à revisão total do eleitorado, sem que por sua causa devam ser precipitados os estudos sobre o Código ou pela compreensível demora deste seja prejudicada a revisão, que deve exigir grandes trabalhos e demoras.

14. Cada um dos dispositivos do projeto está amplamente esclarecido na minuciosa justificação que o acompanha e que também foi elaborada pelo Senhor Ministro Edgard Costa.

15. Como se verifica do resumo acima feito, somente a instituição da cédula oficial de votação e da folha individual de votação constitui inovação fundamental do projeto. As demais medidas representam efetivo e garantido aperfeiçoamento do sistema vigente na parte em que este pode ser aproveitado. Parece-me, entretanto, que nos dois pontos referidos precisamos ter a coragem de enfrentar o problema sem demasiado apego à tradição que as defeituosas leis anteriores firmaram. As duas novas modalidades resultam de aprofundados

estudos promovidos pelo ilustre Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, de debates por ele realizados em várias oportunidades, da audiência dos componentes na matéria, e, sobretudo, da experiência adquirida por Sua Excelência, durante vários anos, no exame de processos oriundos de eleições efetuadas em todos os Estados do Brasil. Trazem assim a chancela de uma grande autoridade técnica e jurídica e o apoio da opinião esclarecida.

16. A cultura, o espírito de cooperação, a preocupação da verdade eleitoral e o patriotismo dos Senhores Congressistas não de presidir a apreciação da matéria, para a qual, certamente, será elemento indispensável a contribuição das luzes e da autoridade de Suas Excelências, a fim de que o exame do projeto tenha rápido andamento e, se for aprovado, permita o decurso dos prazos nele fixados. Concorre também para a expectativa de breve solução não só o interesse do país sobre o caso, como também a circunstância de estar em pauta no Congresso a organização de uma comissão interparlamentar, destinada justamente ao estudo da reforma eleitoral, o que demonstra a preocupação de ativar o termo do problema. Por outro lado, reproduzindo providências já constantes dos trabalhos e estudos que objetivam o novo Código Eleitoral, o projeto transformado em lei e posto em execução, prestará grande serviço de esclarecimento para os legisladores na elaboração da lei definitiva, em face da experiência a que ele vai ser submetido nas próximas eleições.


17. Acredito que o trabalho que agora submeto à apreciação de Vossa Excelência muito contribuirá para a melhoria imediata do nosso regime eleitoral, expurgando-o dos vícios que têm sido notados e dando termo à fraude a que o sistema vigente dá lugar. Ele configura sem dúvida, sob a alta inspiração de Vossa Excelência uma valiosa contribuição de representantes do Poder Judiciário e do Poder Executivo ao Poder Legislativo, para que possamos atender os insistentes e justificados protestos provenientes de todos os meridianos da opinião pública contra a vigência do atual Código, que está realmente contribuindo para a insegurança do regime democrático no Brasil. Se merecer a aprovação do Parlamento constituirá uma das salutares reformas que, dentro da normalidade jurídica e com a harmoniosa colaboração dos Poderes Constitucionais, o país reclama no campo legislativo, administrativo e político, a fim de consolidar as instituições, promover a recuperação dos valores nacionais e fixar os altos rumos do seu desenvolvimento.

18. E com o pensamento voltado para esses construtivos aspectos do problema que me animo a formular estas considerações a respeito da origem e dos trâmites do projeto, que ora tenho a honra de apresentar a Vossa Excelência.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os projetos do meu mais profundo respeito. — Alexandre Marcondes Filho.

(Diário do Congresso — Seção I — 22-3-55).

Mód. I



PARA (*)


<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>

(*) Presidente da República — Vice-presidente — Senador — Governador — Vice-governador — Prefeito — Vice-prefeito.

Modelo I—Verso

(rubrica do presidente da mesa receptora)

Módulo II



PARA (*)

Voto em legenda	Partidos ou Legendas	N.º do candidato
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

(*) 1) Deputados federais; 2) Deputados à Assembleia Estadual; 3) Vereadores.

Modelo II—Verso

(rubrica do presidente da mesa receptora)

(MODELO III)



N.º

SOBRENOME DO ELEITOR.

JUSTIÇA ELEITORAL

CIRCUNSCRIÇÃO

ZONA

MUNICÍPIO

SEÇÃO

RETRATO

FÔLHA
DE VOTAÇÃOIMPRESSÃO DIGITAL
DO
POLEGAR DIREITO

De

NOME POR EXTENSO DO ELEITOR

DATA DO NASCIMENTO

NATURALIDADE

ESTADO CIVIL

FILIAÇÃO

PAI

MÃE

PROFISSÃO

RESIDÊNCIA

ASSINATURA DO ELEITOR

DE

DE 19

ASSINATURA DO JUIZ

ANOTAÇÕES

(MODELO IV)
FRENTEJUIZ ELEITORAL DA ZONA
DOESTADO DE (.....)
(MUNICÍPIO)

O SR.

É ELEITOR NESTA ZONA, INSCRITO EM / / 195.....

E VOTARÁ NA SEÇÃO ELEITORAL.
(POR EXTENSO)

..... DE DE 195.....

O JUIZ ELEITORAL,

VOTOU:

(MODELO IV)
VERSO

Em..... / / 19.....	Em..... / / 19.....	Em..... / / 19.....
RUBRICA DO PRESIDENTE	RUBRICA DO PRESIDENTE	RUBRICA DO PRESIDENTE
Em..... / / 19.....	Em..... / / 19.....	Em..... / / 19.....
RUBRICA DO PRESIDENTE	RUBRICA DO PRESIDENTE	RUBRICA DO PRESIDENTE
Em..... / / 19.....	Em..... / / 19.....	Em..... / / 19.....
RUBRICA DO PRESIDENTE	RUBRICA DO PRESIDENTE	RUBRICA DO PRESIDENTE
Em..... / / 19.....	Em..... / / 19.....	Em..... / / 19.....
RUBRICA DO PRESIDENTE	RUBRICA DO PRESIDENTE	RUBRICA DO PRESIDENTE